

EM BUSCA DE NOVOS HORIZONTES AÇORES, EMIGRAÇÃO E ACULTURAÇÃO NOS FINAIS DO SÉC. XIX, INÍCIOS DO SÉC. XX*

por
Susana Serpa Silva**

A diáspora pode considerar-se um dos aspectos estruturais da história do povo das ilhas atlânticas e da sociedade portuguesa em geral, pois trata-se de um fenómeno secular que remonta à época da expansão ultramarina. Pela sua relevância, a temática da emigração tem constituído matéria privilegiada pela investigação histórica e sociológica, quer no país, quer na região¹.

* Conferência proferida na Câmara Municipal de Ponta Delgada, a 30 de Novembro de 2001, por ocasião da abertura da Exposição “Memórias da Emigração. Açores-New Bedford 1890-1930”.

** Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores.

¹ A título de exemplo, veja-se: Gilberta Pavão Nunes Rocha, “Emigração e População Açoriana”, *Arquipélago*, Série Ciências Sociais, nºs 3-4, 1988, 1989, pp. 29-43; Artur Boavida Madeira, *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*, Cascais, Patrimónia, 1999; Joel Serrão e outros, *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa. Antologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976; Miriam Halpern Pereira e outros (org.), *Emigração, Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal Séculos XIX e XX*, Algés, Fragmentos, 1993; Miriam Halpern Pereira, *A Política Portuguesa de Emigração, 1850 a 1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981; Sacuntala de Miranda, *A Emigração Portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*, Lisboa, Salamandra, 1999; Vitorino Magalhães Godinho, “L’Emigration Portugaise (XVe-XXe siècles), une constante structurale et les réponses au changements du Monde”, *Revista de História Económica e Social*, nº 1, Jan.-Jun., 1978, pp. 5-32.

A situação geográfica do arquipélago dos Açores, situado em pleno eixo de navegação que medeia a Europa e as Américas, sempre facilitou a emigração, incluindo as fugas clandestinas, em condições desumanas, que pelo seu carácter ilegal e furtivo são impossíveis de contabilizar².

Se já no século XVIII cerca de 4.000 famílias açorianas rumaram com destino ao Brasil, incentivadas pela política de D. João V e condicionadas pela carestia dos cereais e pela alta de preços, foi, contudo, no século XIX que a emigração açoriana conheceu índices sem precedentes, com maior incidência na segunda metade da centúria e assumiu novas características, integrando-se num processo bem mais lato e comum a quase toda a Europa contemporânea, que se viu também confrontada com sucessivas vagas emigratórias³.

Entre as diferentes causas que terão provocado este êxodo, salientamos o aumento demográfico oitocentista que motivou intensos movimentos populacionais e uma autêntica redistribuição dos povos nos espaços nacionais e continentais e nos permitem mesmo falar de um “século de transferências”. De facto, o desenvolvimento do capitalismo industrial, a alteração do sistema de transportes, o surto de grandes concentrações urbanas vieram alterar os hábitos tradicionais e proporcionaram novas necessidades, impulsionando a mobilidade populacional que então se verificou e que ajudou a consolidar a europeização do mundo. Por um lado, os países da Europa do Norte, com maior desenvolvimento económico, deixavam partir os desempregados e as vítimas das oscilações do sistema capitalista, servindo a emigração como factor de equilíbrio do crescimento industrial. Por outro lado, da Europa Mediterrânica partiam os excedentes de mão de obra que o subdesenvolvimento não conseguia absorver, dado o crescimento populacional. Finalmente, o crescimento

² Sobre a emigração clandestina, veja-se: José Guilherme Reis Leite, “Emigração Clandestina dos Açores para o Brasil no Século XIX”, *Revista de Cultura Açoriana*, Lisboa, Casa dos Açores, Ano I, nº 1, 1989, pp. 53-64 ; Maria Antonieta Cruz, “Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense”, *Revista de História*, Porto, I.N.I.C., Centro de História da Universidade do Porto, vol. XI, 1991, pp. 185-192 ; Susana Serpa Silva, *Criminalidade e Justiça na Comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais (1830-1841)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997, cap. III, pp. 122-134 (no prelo).

³ Miriam Halpern Pereira, *A Política Portuguesa de Emigração, 1850 a 1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, pp. 8-9.

económico dos novos continentes, a abolição da escravatura e a lenta e gradual extinção do tráfico negreiro, atraíram inúmeros trabalhadores europeus para o “novo mundo”⁴.

Portugal e, em particular os Açores, conheceram um êxodo muito elevado com destino, primordialmente, às Américas do Sul e do Norte em detrimento das regiões africanas. Não obstante a declaração de independência em 1822, o Brasil continuou a ser –pelos laços que mantinha com a velha metrópole e pela sua política de imigração que concedia facilidades à entrada de mão de obra estrangeira– o mais importante chamariz ou pólo de atracção para as inúmeras famílias que se viram condicionadas a um êxodo forçado ou voluntário. Nas últimas décadas da centúria a América do Norte também se tornou num destino preferencial para os nossos emigrantes e só a Primeira Guerra Mundial viria estancar esta sangria de gente, representando um período de interregno neste processo geral de transferências populacionais, retomadas depois nas décadas de 20 e 30 do século XX, embora com oscilações conjunturais, como foi o caso da crise de 1929 e anos subsequentes.

O problema básico que motivou a emigração portuguesa assentava nas deficiências da agricultura e na falta de infraestruturas que garantissem a fixação e permanência das populações. No século XIX, acrescem a estes factores, segundo Miriam Halpern Pereira, as “distorções do desenvolvimento do capitalismo dependente”, pois o lento crescimento industrial não permitia a absorção da mão de obra excedentária. Assim se evitou, pelo recurso à emigração, consequências ainda mais nefastas, sob o ponto de vista social e político, além de que, pelos emigrantes provinham importantes e contínuas remessas de divisas que muito beneficiaram a banca e as finanças nacionais.

No caso dos Açores, condicionantes da estrutura sócio-económica insular, aspectos inerentes à história político-institucional e ainda as catástrofes naturais que assolavam amiúde o arquipélago foram os factores determinantes e impulsionadores do fenómeno emigratório⁵. Em especial na ilha de S.Miguel, a concentração da propriedade nas mãos de um redu-

⁴ Miriam Halpern Pereira, *ob.cit.*, pp. 10-11.

⁵ Veja-se, por exemplo: Mont'Alverne de Sequeira, “A Emigração dos Açores”, in *Questões Açorianas*, 2.^a edição, Ponta Delgada, Jornal da Cultura, 1994 (ed. original: 1894), pp. 89-154.

zido número de terratenentes em discrepância com o insignificante índice de pequenos proprietários impedia o natural apego à terra por parte daqueles que a trabalhavam, em troca de parca remuneração ou como contrapartida de uma elevada renda. Por outro lado, os factores conjunturais materializados em calamidades diversas repartidas por crises sísmicas ou vulcânicas, violentas intempéries ou moléstias destruidoras de colheitas ou de determinadas culturas, não foram de somenos importância, pois afectavam penosamente a vida dos mais desfavorecidos, fazendo abater um sentimento de insegurança sobre o quotidiano. Albergaria de Sousa e João Bento de Mântua, autores que viveram no século XIX, ao analisarem as causas da incapacidade de transformar a sociedade açoriana segundo os moldes do capitalismo, atribuíram à defeituosa organização política imposta pelo absolutismo e à estagnada e anquilosada estrutura social, a total responsabilidade pelo atraso das ilhas e, por conseguinte, pelos anseios de uma vida diferente e melhor que muitos buscavam fora da pátria⁶.

A estas causas, acrescia a obrigatoriedade dos recrutamentos militares a que muitos jovens procuravam fugir. O serviço militar representava um desfalque para as famílias rurais açorianas, pois o alistamento dos filhos abalava o próprio orçamento familiar, implicando para o recruta a separação da família e uma longa viagem para o continente, onde se sentia desenraizado entre gente estranha que, ainda por cima, em relação ao micalense, ridicularizava a sua pronúncia e os seus modos⁷. Se outrora muitos jovens mutilavam dedos ou faziam estropeiações terríveis para se isentarem do serviço militar, o recurso à emigração clandestina passou a representar o melhor expediente para evitar tão indesejado sacrifício⁸.

Para alguns contemporâneos, sobretudo entre aqueles que estavam ligados ao poder, outro factor importante relacionado com as elevadas taxas de emigração açoriana residia no espírito sonhador e aventureiro que

⁶ Susana Serpa Silva, *Criminalidade e Justiça na Comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais (1830-1841)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997 (no prelo), p. 125.

⁷ Sacuntala de Miranda, *A Emigração Portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*, Lisboa, Edições Salamandra, 1999, p. 61.

⁸ Veja-se Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, p. 192.

caracterizava a gente das ilhas, pelo contacto permanente com o mar. Ora, este não nos parece um argumento sólido que explique as razões de fundo deste fenómeno, embora não mereça ser totalmente descurado. É certo que o sonho e a ambição moviam grande parte dos emigrantes que, com alguma frequência, partiam sózinhos, deixando para trás mulher e filhos, (às vezes para sempre), confirmando assim uma emigração tendencialmente jovem e masculina. Também é certo que muitos dos nossos emigrantes –incautos e analfabetos– se deixavam levar pelas redes de engajadores que os aliciavam com promessas idílicas de prosperidade e bem estar, levando-os a embarcar, com a família, guiados por enganosas ilusões que, nas terras de chegada além Atlântico, se dissipavam por completo em árduas tarefas e duras condições de vida, a troco de mísero sustento que mal chegava, por vezes, para pagar as próprias passagens. Mas, parece não haver lugar para dúvida de que o atraso e as dificuldades da economia insular, a precaridade do emprego, a desigual repartição da terra e, em especial, a endémica escassez de recursos constituíam os aspectos estruturais e mais prementes que impeliam muitos açorianos à emigração. Nas palavras de Sacuntala de Miranda “esta é incomparavelmente mais elevada nas ilhas do que no continente - mesmo nos distritos de Portugal continental em que a emigração é mais pesada”⁹.

O destino dos emigrantes micaelenses não visava terras do continente, para onde seguiam apenas os filhos da elite local que iam prosseguir os seus estudos. As classes populares rumavam para o outro lado do Atlântico. Nos finais do século XIX, um viajante estrangeiro notou que das ilhas mais orientais a corrente emigratória encaminhava-se para o Brasil, verdadeiro El Dorado dos povos ilhéus, ao passo que das ilhas mais a ocidente se dirigiam com maior preponderância para os EUA, havendo também alguns contingentes que, a par dos madeirenses, partiam para as Ilhas de Sandwich, designação então dada ao arquipélago do Hawai¹⁰.

Pressupondo não apenas as tendências, mas a existência de ciclos de emigração - como defende Sacuntala de Miranda –em primeiro lugar,

⁹ Sacuntala de Miranda, *ob. cit.*, p. 35.

¹⁰ Walter Frederick Walker, “Os Açores ou Ilhas Ocidentais”, *Insulana*, Ponta Delgada, I.C.P.D., Vol. XXIII e XXIV, 1º e 2º Semestres, 1967-1968, p. 39, (ed. original: “The Azores or Western Islands”, London, Trubner & C.^a Ludgate Hill, 1886).

o destino predominante na centúria oitocentista era o Brasil, mas depois, na viragem do século XIX para o século XX, passou a ser os Estados Unidos. Este novo ciclo, motivado inicialmente pela “crise do álcool”, foi interrompido com a publicação da lei americana dos contingentes em 1921,– que desviou muitos emigrantes açorianos para as Bermudas e só abrandou com a 2ª Guerra Mundial, para ser reanimado nos anos 50 e 60, onde passou a incluir o Canadá¹¹. Entre estes dois polos de atracção –Brasil e EUA– ficou o Hawai que terá constituído um ciclo à parte, de menor duração. Sobretudo nas décadas de 80 e 90 de oitocentos foi bastante elevado o montante da emigração na demanda deste arquipélago, em boa parte motivada pela necessidade de trabalhadores para as plantações de açúcar haviano, cuja exportação para os EUA, que mantinham estas ilhas como protectorado, conheceu um incremento considerável¹².

Por tudo isto, além dos vapores ingleses, alemães e portugueses que tocavam as ilhas dos Açores, para tomarem as suas “cargas humanas”, existiam navios de vela locais, utilizados no tráfego entre o arquipélago e Boston ou New Bedford, cada um dos quais transportava 170 passageiros, em cinco ou seis viagens anuais, garantindo assim uma emigração contínua¹³.

Outro aspecto característico da emigração açoriana (e também continental) era a de se inserir num projecto de regresso. De facto, muitos eram aqueles que partiam com a ideia de voltar, enleados no mito do retorno que se articulava com o mito do enriquecimento fácil e com as imagens de rápida fortuna que o “novo mundo” proporcionava. Face a uma sociedade profundamente imóvel e hierarquizada, a expatriação surgia como um instrumento de promoção social e como garante da constituição de propriedade. Daí que a busca de novos horizontes fosse encarada como temporária e necessária à acumulação de capital e assim o testemunhavam todos aqueles que - em minoria - regressavam bem de vida. Em contrapartida, os casos de insucesso eram atribuídos à inércia e à incapacidade pessoal, levando a que muitos emigrantes preferissem morrer em longínquas paragens, para esconder a sua miséria, a regressarem pobres à terra de origem¹⁴. Na verdade, era considerável o

¹¹ Henrique de Aguiar Rodrigues, “O Povo Açoriano, a sua História e o seu Projecto”, *Insulana*, Ponta Delgada, I.C.P.D., 1984, vol. XL, p. 58.

¹² Sacuntala de Miranda, *ob. cit.*, pp. 75 e ss.

¹³ Walter Frederick Walker, *ob. cit.*, p. 39.

¹⁴ Miriam Halpern Pereira, *ob. cit.*, pp. 29-30.

número daqueles que, partindo para o Brasil, por exemplo, sem contrato de trabalho prévio, dificilmente arranjavam emprego e acabavam por morrer devido a carências várias ou em consequência da exposição ao clima.

A realidade histórica demonstra a existência de dois tipos de retorno: 1º o resultante de uma ascensão económica, configurado no emigrante endinheirado ou rico que, de forma ostensiva, impregnava a terra natal com os símbolos da diáspora e os hábitos estrangeiros que interiorizara; 2º o do regresso do emigrante pobre, envergonhado, que não logrou vencer na vida por influência das oscilações e das crises conjunturais que abalavam o mundo ocidental, como a 1ª Guerra Mundial ou a crise de 1929¹⁵.

No entanto, isto não significa - muito pelo contrário - que muitos emigrantes enriquecidos não se fixassem por toda a vida na terra que os acolhera até porque, como já referimos, havendo emigração jovem e masculina, era natural que uma boa parte dela contraísse casamento com mulheres da terra para onde a necessidade os tinha levado. Por outro lado, as gerações mais novas, nascidas e criadas no seio da diáspora, recusavam-se a voltar às ilhas¹⁶. Mas como referia um viajante estrangeiro que visitou os Açores no século XIX: “os emigrantes açorianos mantêm uma recordação afectuosa das suas terras natais e, a não ser impedidos por laços de família, regressam às vezes com fortunas consideráveis, para aqui acabarem os seus dias”. Alguns esqueciam as palavras portuguesas, excepto ‘saudades’ que sentiam “ter de ‘matar’ a todo o custo”¹⁷.

Aqueles que regressavam à terra natal eram conhecidos, em conformidade com o local de proveniência, como os “brasileiros” ou os “americanos”. Nos finais de oitocentos, o geólogo britânico Walter Frederick Walker que visitou os Açores realçou, de acordo com a opinião vigente na época, a influência exercida na sociedade local por estes regressados. Mas, enquanto o “brasileiro” não inspirava muita simpatia, por ser privado de bons instintos e educação, por empregar o seu capital

¹⁵ Miriam Halpern Pereira, *ob. cit.*, pp. 29-30.

¹⁶ “Por lá casam os filhos, por lá enraízam amizades e criam afectos. Chegam a esquecer-se dos rochedos em que nasceram”. Mont’Alverne de Sequeira, *ob. cit.*, p. 92.

¹⁷ Walter Frederick Walker, *ob. cit.*, p. 41. Como refere, em tom crítico, Mont’Alverno: “A família, o amor pátrio, os amigos, as recordações das festas, o apetite das comidas da terra e a vaidade de entrar na freguesia como um *senhor*, tudo incitava ao regresso”. *Ob. cit.*, p. 91.

em jogos e agiotagem, desprezando os costumes religiosos e familiares e empregando a caridade apenas por vaidade, ao esmolar com alarde e ostentação; o “americano” correspondia a um perfil de perseverança, trabalho, iniciativa e honestidade, sendo útil a sua influência. Era aplicado e laborioso, dedicava-se a grandes iniciativas, introduzindo maquinaria e outros produtos americanos que procurava naturalizar, cultivando ainda a vida familiar, a educação dos filhos e um comportamento generoso para com a comunidade. A sua casa prima pela elegância e solidez do mobiliário e por um ambiente arejado e muito iluminado¹⁸.

Esta imagem do “americano” correspondia a todo um processo de aculturação ocorrido em terras do novo continente onde o desenvolvimento económico e o progresso técnico-científico se tornavam cada vez mais prementes. Nos finais do século XIX, a uma Europa do Norte dominante que se impunha ao mundo, como uma força demográfica notável, monopolizando os avanços industriais, o controle dos fluxos financeiros e dos meios de comunicação, contraponha-se um gigante ameaçador que, a curto prazo, derrubaria a hegemonia europeia: os EUA, imparáveis, sobretudo, após a 1ª Guerra Mundial. Passar a fronteira de 1900 significou a eficácia do vapor e da electricidade, o primado da máquina, o poder do ferro e do aço, enfim, o triunfo da ciência e da técnica sobre a miséria e a ignorância e a terra do Tio Sam integrou-se, na dianteira deste processo. O automóvel que, de início, era considerado um luxo dos mais ricos, depressa se vulgarizou. Em 1913, numa iniciativa que representou um passo decisivo para os EUA, o americano Henry Ford, cuja fábrica fundara dez anos antes, pôs em funcionamento uma linha de montagem na sua fábrica de Detroit que transformou o automóvel num fenómeno de consumo de massas.

Este mesmo consumo democratizado passou a absorver outros símbolos do progresso como o telefone, a fotografia ou o fonógrafo. Os grandes armazéns, de origem novaiorquina, as lojas de departamentos ou as emergentes cadeias de comércio retalhista, ofereciam uma gama de produtos cada vez mais variados; o *marketing* foi-se tornando agressivo e até os catálogos de vendas ao domicílio se difundiram, circulando nas zonas mais recônditas da América. A cultura de consumo é o resultado directo do processo de industrialização dos países capitalistas de onde se foram

¹⁸ Walter Frederick Walker, *ob. cit.*, pp. 41-42.

salientando os EUA. O investimento aumentou e as cidades cresceram segundo um estilo de vida moderno que celebrava o emprego de novas técnicas. A habitação familiar, rodeada por um jardim, tornou-se um dos temas favoritos dos arquitectos e os interiores surgiam com espaços mais definidos e ritmados. Em detrimento das casas escuras e atravancadas de *bric-a-brac* do século XIX, procura-se a luminosidade e um estilo único comum a todo o mobiliário.

Na primeira década de noventa, a aviação, onde foram pioneiros os irmãos Wright, despertou o interesse dos EUA e da Europa e a descoberta dos irmãos Lumière, excepcional invenção técnica, constituiria um marco importante na história do mundo ocidental. Depressa os EUA lideraram a indústria cinematográfica, pelo que nas vésperas da Grande Guerra, as estrelas de Hollywood já brilhavam no universo da celebridade. O fosso entre ricos e pobres era cada vez maior, mas a imagem de prosperidade era aquela que ultrapassava as fronteiras americanas ou europeias setentrionais¹⁹.

Se a Grande Guerra representou um interregno em todo este desenvolvimento, os anos 20 simbolizaram o retorno do optimismo e da esperança na civilização. Os EUA são já, em definitivo, a potência dominante que, pelas adversidades e condicionalismos da guerra, deixará transparecer um nacionalismo exacerbado e intolerante, traduzido na expressão “americanismo 100%”, numa forte restrição das imigrações, numa violência racial profunda representada pelo movimento do Ku Klux Klan e num moralismo radical materializado na aplicação da lei seca, de efeitos controversos, pelo aumento do contrabando e do crime organizado, encaçado pelo mítico Al Capone. Mas, foi nesta América, autêntica terra prometida de liberdade e novos costumes, que a rádio triunfou proporcionando novas formas de entretenimento e informação, acabando por se tornar num bem útil e num instrumento da cultura de consumo. O movimento modernista representou o ideal da velocidade, da ciência e da máquina e no campo da arquitectura e do *design* o funcionalismo tornou-se na nota dominante, influenciando as linhas do mobiliário e dos arte-

¹⁹ AAVV, *História do Século XX. A Idade dos Impérios, 1900-1914*, Lisboa, Alfa, 1995, vol. I. Sobre a primeira década do século XX, veja-se também: Fernand Nathan, *La Belle Époque, 1900-1914. Les illusions délicieuses de l'Europe pendant quinze ans de son existence*, Milano, Arnoldo Mondadori, 1978.

factos domésticos. Funcionalidade era a palavra de ordem até também no próprio vestuário. O cinema, onde a América foi pioneira no filme sonoro, continuava a educar as audiências nos novos prazeres do consumo, enquanto as mulheres emancipadas em consequência da guerra, recusavam ser remetidas de novo para o plano único da domesticidade. À medida que ia crescendo a contestação ao conformismo e à tradição, ao som do *jazz* e do *charleston*, os mais tradicionalistas alertavam para o perigo da desagregação da família. Mais do que nunca, a família era considerada em risco e, por isso, mais do que nunca a comunicação e o poder incentivavam a maternidade e a vida doméstica agora muito facilitada pelo uso dos electrodomésticos. As famílias estáveis e numerosas eram consideradas o guardião da boa moral²⁰.

Perante tudo isto, de um modo filtrado, selectivo e restrito os emigrantes foram interiorizando novos costumes, adoptando outros hábitos de consumo e de vida quotidiana, em conformidade com o novo *status social* que o seu nível de vida lhes conferia, mas em tudo distintos daquilo que a terra natal lhes proporcionava. Se o emigrante regressava trazia “patacas no baú”, gravata escarlate, relógio e cadeia no colete e logo empregava as economias na compra de terras e casas que decorava segundo os modelos estrangeiros. E quanto furor faziam entre os insulares²¹!

As limitações da insularidade contrastavam, de facto, com o desenvolvimento do novo mundo e com as novas oportunidades que este representava, em especial para as populações do obsoleto mundo rural e ilhéu. O atraso e a pobreza das ilhas eram evidentes, e como tal, foram observados e descritos pelos muitos estrangeiros que visitaram os Açores no século XIX. Não obstante, os viajantes enaltecem o clima ameno, a qualidade das culturas, a beleza das paisagens e a tranquilidade da vida quotidiana e dos costumes, acabavam por ressaltar —evitados de algum etnocentrismo— o subdesenvolvimento das infraestruturas e a incultura e miséria das gentes. Em 1882, a jornalista americana Alice Baker ao passar pela ilha de S. Miguel, descreveu as “aldeias bonitas e curiosas e de pobreza directa-

²⁰ AAVV, *História do Século XX. De Weimar à Wall Street, 1918-1929*, Lisboa, Alfa, 1995, vol. III. Sobre os anos 20, veja-se ainda: Annie Goldmann, *Les Années Folles, XXe siècle*, Firenze, Casterman-Giunti, 1994; AAVV, *Les Années Vingt aux États-Unis. Continuités et Ruptures*, Paris, Presses de l'Université de Paris Sorbonne, 1994.

²¹ Veja-se Mont'Alverne de Sequeira, *ob. cit.*, p. 91.

mente proporcional ao seu pitoresco. Mulheres meio nuas, de braços cruzados, indolentes e inactivas, com aspecto de impassível desesperança em seus rostos, aliás sem expressão, vêm-se acoradas no chão de seus casebres imundos, de mistura com galinhas e pombas. Bebés nus arrastavam-se às portas e um bando de crianças (...) lançou-se ruidosamente no nosso encalço, a pedir esmola”²². No mesmo ano, o americano Lyman Weeks no que se refere à ilha de S. Miguel, - segundo ele a maior e mais importante do arquipélago - destaca a importância e o tamanho de Ponta Delgada, mas não deixa de observar os muitos pobres que “vão para a cama ao anoitecer, não podendo mesmo alumiar-se à luz de candeias nas suas humildes habitações”²³. Para além da segurança e da morigeração de costumes que o autor exalta, não deixa de notar o isolamento a que as populações rurais estavam entregues. O marasmo era de tal ordem que referindo-se às Sete Cidades, diz: “a aldeia é um sítio sonolento e vazio, tão sem vida que parece apenas esperar um enterro decente. (...). As montanhas em derredor fecharam todo o contacto com a civilização e com o espírito de iniciativa; e o povo vive na mesma simplicidade rústica que os seus antepassados e dedica-se do mesmo modo que eles às suas ocupações tradicionais. (...). As casas não passam de cabanas escuras e negras de fumo. (...). As ruas são atalhos estreitos e sujos, por onde enxameiam cachorros a ganir e crianças pedintes”²⁴. Aos olhos deste viajante estrangeiro que conhecia grandes e desenvolvidas cidades como Londres ou Nova York e percorrera países da era industrial, o mundo insular parecia demasiado exótico e irreal, fazendo-o mesmo pensar que havia regredido no tempo. “Desde o tempo do seu descobrimento e colonização no século XV, estas ilhas parece terem vivido em recuo permanente para o passado em vez de avançarem até ao presente”. Esta crítica, porém, não se dirigia apenas aos autóctones mas sobretudo àqueles que, durante esse tempo, governaram e dirigiram à distância o destino dos arquipélagos atlânticos, olvidando as suas dificuldades e vicissitudes. Para Júlio de Castilho o que mais faltava

²² Alice Baker, *Um Verão nos Açores e a Madeira de relance*, Boston, 1882, (traduzido do original *A Summer in the Azores with a Glimpse of Madeira*, por João H. Anglin), p. 5.

²³ Lyman Weeks, “Nos Açores”, *Insulana*, Ponta Delgada, I.C.P.D., 1958, vol. XIV, 2º semestre, p. 255, (edição original: *Among the Azores*, Boston, James R. Osgood and Company, 1882).

²⁴ Idem, pp. 274-275.

para a evolução dos Açores era um estímulo grande por parte das autoridades, de modo a beneficiar a iniciativa particular²⁵.

Por tudo isso, a empresa da emigração era aliciante, necessária até, mas muito difícil se atendermos às origens sociais dos que emigravam. A busca de novos horizontes comportava obstáculos quase intransponíveis no tocante à integração dos então imigrantes no novo mundo que os acolhia. Os choques iniciais eram brutais e o único ânimo residia na esperança de um dia regressarem à ilha. A todos os que partiam para os EUA, por exemplo, impunha-se uma língua que não dominavam, o embate face aos costumes e quotidianos diferentes ou díspares hábitos mentais. De início, desempenhavam papel preponderante os parentes e vizinhos já estabelecidos que, tendo desbravado e logrado ultrapassar as primeiras dificuldades, os recebiam de braços abertos, ajudando-os a integrarem-se e a encontrarem trabalho. As mais remotas comunidades açorianas nos EUA eram constituídas por baleeiros faialenses que se estabeleceram primordialmente na costa leste daquele território. Para esta região também foram atraídos outros açorianos pela famosa “corrida ao ouro” e, sucessivamente, vieram famílias inteiras juntar-se aos que por lá estavam. Finalmente, o desenvolvimento da indústria têxtil nos centros urbanos de Massachussets atrairia outras comunidades, sobretudo oriundas de S.Miguel, que se fixaram nas cidades de New Badford e Fall River²⁶. Mas, um sinal das dificuldades de plena integração e de um certo desenraizamento identificado com um genuíno apego à terra está na formação de comunidades estritamente açorianas que se distinguem, como ilhas, no todo do território americano. Só as gerações seguintes é que irão ser absorvidas efectivamente pelo “american way of life” e pela própria sociedade americana.

Assim que se empregavam nas inovadoras unidades fabris os ex-trabalhadores rurais viam-se obrigados a adaptar-se ao “factory system” e às regras do “taylorismo”, isto é, a um trabalho disciplinado pelos capatazes, ritmado pela hegemonia da máquina, que imprimia um carácter rotineiro e monótono às tarefas, obedecendo sempre a horários rigorosos. A adaptação aos centros urbanos, uniformes e impessoais, verdadeiras sociedades de indivíduos sem espaço para relações vicinais, também não era fácil dadas as

²⁵ Júlio de Castilho, *O Archipelago dos Açores*, s.l., David Corazzi Editor, 1886, p. 33.

²⁶ Sacuntala de Miranda, *ob. cit.*, pp. 87 e ss.

diferenças em relação à vida comunitária das pequenas e pacatas freguesias de onde eram naturais. A religiosidade, que sempre moldou os comportamentos, era um dos traços característicos da população micaelense, pelo que os sentimentos de devoção, as crenças e os rituais foram transportados para o outro lado do Atlântico e foi em torno deles que se edificou a solidariedade que une os emigrantes e os ajudou a adaptarem-se a um novo ambiente estranho e hostil. “É na Igreja Católica que os micaelenses reencontram o conforto e a solidariedade da sua freguesia natal”²⁷.

Se muitos emigrantes acabavam por se integrar sucumbindo aos gostos e gastos de uma sociedade consumista e votada ao progresso, adquirindo casa, mobiliário, automóvel e electrodomésticos, enfim, símbolos do sucesso que exibiam em fotografias enviadas aos familiares que se encontravam distantes; outros, um tanto ironicamente, tendo fugido das crises agrícolas, enfrentavam os encerramentos de fábricas, o desemprego e a fome coincidentes com as crises cíclicas do capitalismo. A dureza da sociedade americana, traduzida numa relativa indiferença para com os pobres e desfavorecidos, resultava de traços característicos de uma mentalidade anglo-saxónica protestante que sempre aceitou a riqueza como algo natural e a pobreza como filha do vício, da preguiça ou falta de diligência, reprovando, por isso, a esmola e a caridade, segundo um pensamento marcado pelo *darwinismo social*²⁸. A prevalência deste tipo de mentalidade, como refere Sacuntala de Miranda “impediu a sociedade americana de construir, até aos nossos dias, um sistema de segurança social eficaz, comparável aos existentes nos países europeus desenvolvidos”²⁹. E por isso, levas de retornados ensombravam a imagem sonhadora e brilhante da emigração que muitos açorianos mantinham no seu imaginário. Poucos, mas significativos eram aqueles que rumavam para a Califórnia e que empregavam as suas indemnizações na compra de terra que trabalhavam com afinco.

Independentemente do possível insucesso, os emigrantes simbolizavam uma mais valia para os povos insulares. Ora enviavam avultadas quantias aos familiares e amigos que permaneciam no arquipélago, ora

²⁷ Sacuntala de Miranda, *ob. cit.*, p. 40.

²⁸ Veja-se John Kenneth Galbraith, *A Era da Incerteza. Uma história das ideias económicas e das suas consequências*, Lisboa, Moraes Editores, 1980, pp. 39-50.

²⁹ *Ob. cit.*, pp. 103-104.

contribuíam com dádivas importantes para o progresso da sua freguesia, ou então, na sua condição de repatriados, traziam consigo novos costumes, contribuindo para o progresso das ilhas, dando “valor à propriedade, liberdade às classes do trabalho, animação às indústrias e vida ao comércio !”³⁰. Como afirmou Carreiro da Costa “a válvula da emigração” equacionou o problema do crescimento demográfico micalense, fazendo mesmo baixar a população e, nos inícios de novecentos, “concorreria para um novo período de prosperidade, porque enquanto, nos vários concelhos, se abrem trabalhos públicos de certa importância, a luz eléctrica se estende a algumas localidades (...), chegam de fora as divisas provenientes daqueles que haviam sacrificado o convívio com a terra natal, melhorando o nível de vida, e provocando a criação de diversas casas bancárias”³¹.

Mérito e tenacidade caracterizaram pois todos aqueles que um dia tiveram de partir da sua pátria porque esta não lhes oferecia as condições necessárias à sua sobrevivência. Coragem e determinação demonstraram todos aqueles que buscaram a concretização de um sonho de uma vida melhor, levando na bagagem a herança cultural de um povo, que o mestre Domingos Rebelo imortalizou na sua tela. Em muito contribuíram para o desenvolvimento das ilhas os que partiram sem regressar e os que regressaram também, sem que se possa, no entanto, obliterar o contributo de todos os demais que, por apego ao mundo insular ou por melhor sorte e nível de vida, por cá ficaram e por cá lutaram nesta terra de sonhos adiados e penosamente alcançados.

³⁰ J. Duarte de Sousa, *Ilha de S. Jorge. Apontamentos históricos e descrição topographica*, Angra do Heroísmo, Empreza Typo-Lyth. União, 1897. p. 82.

³¹ Carreiro da Costa, “Perfil Histórico das Ilhas de São Miguel e de Santa Maria”, *Separata da Revista Insulana*, Ponta Delgada, I.C.P.D., 1970, vol. XXIII, p. 23.